

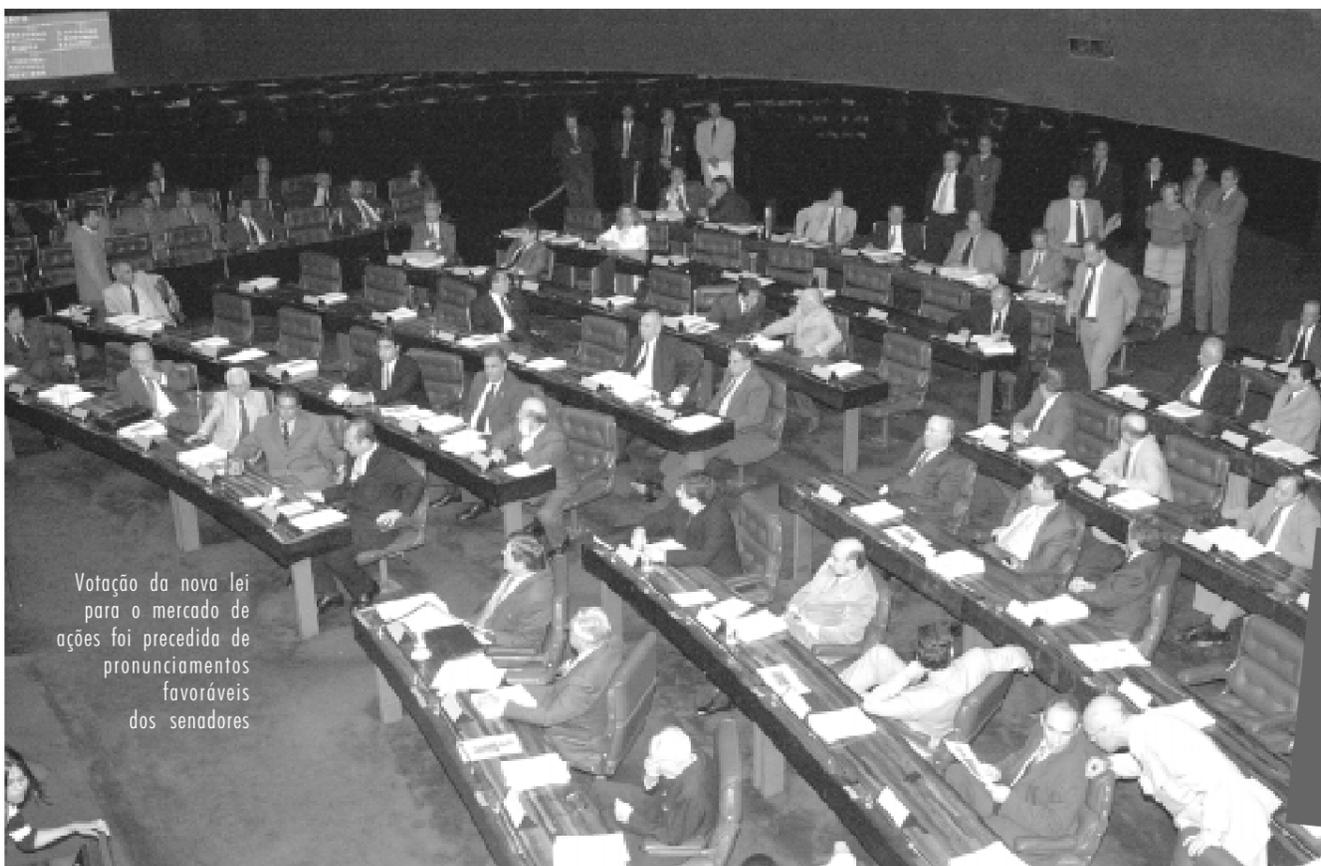
# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.364 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2001

## Plenário aprova nova Lei das S.A. para fortalecer mercado de ações

Projeto da Câmara protege acionista minoritário e cria condições para que a Comissão de Valores Mobiliários atue como agência reguladora e fiscalizadora do setor. Texto vai agora à sanção presidencial



Votação da nova lei para o mercado de ações foi precedida de pronunciamentos favoráveis dos senadores

Projeto que modifica a legislação sobre as sociedades anônimas e a Comissão de Valores Mobiliários foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Treze senadores se manifestaram durante a discussão da matéria, salientando o objetivo da proposta de fortalecer o mercado de ações e proteger o acionista minoritário. Já aprovado pela Câmara, o texto vai agora à sanção do presidente da República.

PÁGINA 3

**CCJ acolhe proposta de racionalização do uso de energia**

PÁGINA 5

## PMDB indica Tebet para presidir Senado

A eleição do novo presidente do Senado será realizada hoje, às 14h30, em sessão convocada especificamente com esse objetivo. A bancada do PMDB indicou ontem à noite para o cargo o senador Ramez Tebet (MS).

PÁGINA 8



A bancada do PMDB, que por ser a mais numerosa deve indicar o novo presidente do Senado, escolheu Ramez Tebet para ocupar o cargo



Projeto prevê urna eletrônica dotada de mecanismo para impressão do voto, conferência visual e depósito automático em local lacrado

## Urna eletrônica pode ter voto impresso

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer favorável a projeto que objetiva aumentar a segurança das eleições. Pela proposta, a urna eletrônica disporá de mecanismo que permita a impressão do voto.

PÁGINA 4

# Fraga faz balanço de metas do primeiro semestre

Exposição do presidente do Banco Central no Congresso, semestralmente, é determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e será feita em reunião conjunta de comissões permanentes do Senado e da Câmara

## Maldaner quer relações do Brasil com Taiwan



Maldaner: reservas de Taiwan chegam a US\$ 100 bilhões

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem em discurso no Plenário que o governo brasileiro elabore uma carta de intenções para incrementar as relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Taiwan. Ele explicou que o Brasil não tem relações diplomáticas com o país desde 1974, quando reconheceu o governo da República Popular da China como o legal (a China pretende anexar o território de Taiwan). Ainda assim, Taiwan mostra-se "ávido" para negociar com o Brasil, onde mantém um escritório econômico-cultural. Maldaner destacou que o país tem 22,3 milhões de habitantes, com renda *per capita* acima de US\$ 12 mil e reservas cambiais de US\$ 100 bilhões.

— Imaginem o potencial de investimentos de uma sociedade que pode se dar ao luxo de manter mais de US\$ 100 bilhões em suas reservas. Creio que uma significativa parcela desse dinheiro está pedindo para ser investido — afirmou, lembrando que o Brasil precisa aumentar suas exportações.

Casildo Maldaner pediu ainda que o ingresso de taiuaneses no Brasil seja facilitado e lembrou que, recentemente, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez discurso denunciando que até na China, país que quer incorporar Taiwan, os habitantes daquele país entram com passaportes taiuaneses.

O presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, apresenta amanhã às Comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos do Senado, e de Finanças e Tributação, de Economia, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, avaliação sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária,

creditícia e cambial no primeiro semestre. A reunião conjunta das comissões terá início às 10h.

A exposição do presidente do BC é determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e deve ocorrer até 90 dias após o encerramento de cada semestre. A reunião conjunta acontecerá no plenário 5 do Anexo II da Câmara dos Deputados.



Política monetária será um dos temas da palestra de Armínio Fraga para os parlamentares

## Votação do PPA será concluída na terça-feira

A votação do substitutivo ao projeto de iniciativa do governo que modifica o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para 2000/2003, de autoria do deputado Santos Filho (PFL-PR), deverá ser concluída pelo Congresso Nacional na próxima terça-feira. Na sessão conjunta de ontem, o substitutivo, com emendas e ressalvas feitas pelos parlamentares, foi aprovado pelos deputados, com 255 votos favoráveis, 13 contrários e 4 abstenções. A matéria ainda será votada pelos senadores.

Na sessão do Congresso, dezenas de deputados e senadores vestiram jalecos brancos descartáveis, geralmente utilizados pelos médicos em cirurgias, para marcar posição em favor de mais recursos para a área da saúde. Vários parlamentares da oposi-



Em defesa de mais recursos para saúde, parlamentares vestiram jalecos brancos

ção e também do PMDB mostraram-se inconformados com as prioridades definidas pelo governo nas mudanças do PPA, como a de conceder prioridade à aquisição de computadores para estabelecimentos de saúde e de ensino.

O governo propôs a alteração na denominação de 44 programas e mudança nos objetivos de outros 96. Os parlamentares apresen-

taram 498 emendas ao projeto do governo, a maioria delas, ainda que parcialmente, aceitas pelo deputado Santos Filho.

O relator explicou que 95% das novas fontes financiadoras das modificações propostas pelo governo estão vinculadas aos novos programas, o que no mínimo reduz a margem de manobra do Congresso para deslocar recursos de um para outro programa. Este, por exemplo, é o caso dos projetos que serão financiados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Para os quatro anos cobertos pelo Plano Plurianual, já em execução, foram previstos investimentos de R\$ 3,6 bilhões em 15 novos programas criados pelo governo.

## Aprovadas indicações de três embaixadores

Em votação secreta, o Senado aprovou ontem mensagens do presidente da República indicando três diplomatas para missões no exterior. O resultado das votações será agora comunicado ao presidente da República.

Foi aprovado o nome de Vítor Cândido Paim Gobato para representar o Brasil junto à República

de Cabo Verde; o de José Viegas Filho para, cumulativamente com a função de embaixador na Federação da Rússia, exercer a de embaixador junto às Repúblicas de Bielo-Rússia, Casaquistão e Geórgia; e o de Fausto Orlando Campello Coelho para a República de Costa do Marfim.

Na mesma sessão, foram apro-

vados decretos legislativos renovando a concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Itatiaia, de Nova Lima (MG); Fundação Cultural Santa Bárbara, de Cachoeiro do Itapemirim (ES); e Empresa Paulista de Radiodifusão, de Regente Feijó (SP). As decisões agora vão a promulgação.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão extraordinária do Senado  
Pauta: eleição do presidente da Casa

### COMISSÕES

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
Pauta: discussão e votação do relatório da comissão de inquérito que avalia denúncias contra o senador Jader Barbalho e votação do Parecer nº 46/01, da Advocacia do Senado, sobre recurso interposto pelo senador Geraldo Althoff, autor da Denúncia nº 6/01, contra a decisão do presidente do Conselho de Ética no sentido do arquivamento. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Reunião conjunta com as comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado e de Finanças e Tributação, de Economia, Indústria e Comércio e de Fiscalização e Controle, da Câmara dos Deputados

Pauta: exposição do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, parágrafo 5º, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). *Plenário nº 5 — Anexo II da Câmara dos Deputados*

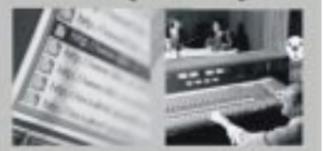
### PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa



Conheça os serviços de comunicação do Senado

[www.senado.gov.br/catalogo\\_secs](http://www.senado.gov.br/catalogo_secs)



JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Interino: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## ZPEs podem ser autorizadas a ampliar vendas

Foi aprovado ontem pelo Plenário projeto do ex-senador Joel de Hollanda modificando a legislação que criou as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). O texto permite que as empresas instaladas nessas áreas possam vender no mercado interno até 20% de sua produção do ano anterior, desde que sejam pagos o Imposto de Importação, Cofins e PIS. A legislação que criou as ZPEs proíbe a venda no mercado nacional. As Zonas de Processamento são autorizadas a funcionar por decreto do presidente da República e podem localizar-se inclusive em regiões do interior do país, longe de portos.

O projeto, que será votado pela Câmara dos Deputados, prevê a criação do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Ex-



Lúcio Alcântara decidiu que o projeto voltaria a tramitar

portação, composto por ministros de Estado, um representante dos estados e municípios e um representante das administrações das ZPEs. Outra mudança introduzida pelo projeto torna possível o aval do governo federal para obtenção, junto a bancos, de financiamento por parte das empresas administradoras das ZPEs.

### INVESTIMENTOS

O então relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ex-senador Gilberto Miranda, sustentou no parecer que a venda no mercado interno não significará ampliação das isenções fiscais já concedidas, pois trata-se de áreas de atração de investimentos estrangeiros, os quais não viriam para o Brasil sem os incentivos.

O projeto foi apresentado em junho de 1996. Por ser polêmico, só foi votado pela CAE em maio de 1998. Ao chegar ao Plenário, recebeu emendas, tendo retornado à CAE, onde provocou novamente intensos debates, principalmente sobre a possibilidade de queda da arrecadação federal. Neste ano, logo depois de assumir a presidência da CAE, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) decidiu que o projeto voltaria a tramitar.

# Plenário aprova alterações na Lei das Sociedades Anônimas

O projeto, que vai agora à sanção presidencial, permite que a Comissão de Valores Mobiliários atue como agência reguladora e garanta proteção ao acionista minoritário

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que altera a Lei das Sociedades Anônimas e a que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O objetivo da proposta é fortalecer o mercado de ações e proteger o acionista minoritário. O texto agora vai à sanção presidencial.

As mudanças criam condições para que a CVM transforme-se em verdadeira agência reguladora e fiscalizadora do setor, exercendo de forma mais eficiente seu papel no mercado. O Senado entende que, com as alterações, vai se iniciar a democratização do comando das empresas de capital aberto.

Treze senadores manifestaram-se na votação. Os primeiros foram os relatores da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), José Agripino (PFL-RN), e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Pe-

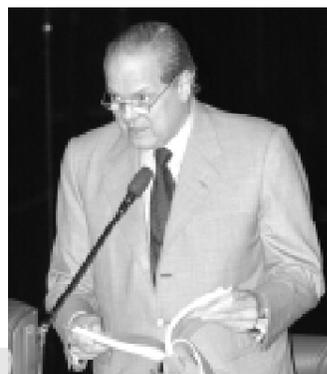


José Agripino e Pedro Piva, relatores da proposta na CCJ e na CAE, respectivamente: modificações devem fortalecer o mercado de capitais

dro Piva (PSDB-SP).

José Agripino assegurou que os debates realizados em torno do assunto resultaram num "projeto de consenso, maduro e capaz de propiciar" as mudanças possíveis. Ele reconheceu que o texto "não é o ideal, mas o adequado" no estágio em que se encontra a economia brasileira.

Ao referir-se aos avanços que



podem ocorrer com a aprovação da matéria, Agripino citou o *tag-along*, dispositivo que possibilita aos acionistas minoritários um mínimo de 80% do valor ofertado pelas ações de propriedade dos controladores das empresas vendidas.

### ENSINAMENTO

O senador Pedro Piva disse que a nova lei é "uma vitória para a

sociedade brasileira e para os acionistas minoritários", assim como um "ensinamento para os majoritários", que precisam entender a necessidade de fazer concessões.

Piva solicitou que, ao sancionar a nova lei, o presidente da República lembre-se de antiga reivindicação do mercado de capitais, que é a abolição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) nas bolsas de valores.

Também se manifestaram sobre o projeto os senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Fernando Bezerra (PTB-RN), José Eduardo Dutra (PT-SE), Bernardo Cabral (PFL-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Fogaça (PMDB-RS), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Hugo Napoleão (PFL-PI).

## O que vai mudar no mercado brasileiro de capitais

Os objetivos básicos do projeto que altera as duas principais leis que versam sobre o mercado de capitais – a Lei das Sociedades Anônimas e a que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) – são o fortalecimento do mercado de ações e a proteção aos acionistas minoritários.

As mudanças criam condições para que a CVM transforme-se de fato em agência reguladora e fiscalizadora do setor. Dessa maneira, a comissão poderá exercer de forma mais eficiente o seu papel no mercado. Com as propostas, segundo crêem os relatores nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) – senadores José Agripino (PFL-RN) e Pedro Piva (PSDB-SP), respectivamente –, a empresa aberta brasileira poderá entrar, de fato, no caminho da governança corporativa. Na prática, isso significa a democratização do comando das empresas de capital aberto.

As principais mudanças constantes das propostas de mudança da legislação sobre o mercado de capitais são as seguintes:

- Traz de volta o mecanismo do *tag-along*, garantindo aos aci-

onistas minoritários, no caso de venda do controle da companhia, preço da sua ação equivalente a 80% do preço negociado pelo majoritário, mediante oferta pública. O mecanismo, que existia na lei original, de 1976, foi retirado por iniciativa do governo, em 1997, para facilitar o programa de privatizações.

- Na hipótese de fechamento do capital, os acionistas minoritários ficam protegidos por meio de mecanismo pelo qual 10% desses acionistas poderão pedir revisão do "preço justo" oferecido por suas ações, uma vez que esse conceito é bastante amplo e comporta uma série de critérios patrimoniais e de mercado.

- A proporção, no capital social, entre as ações preferenciais (sem direito a voto) e ordinárias (com direito a voto) será de 50% para cada tipo, exigindo-se maior representatividade do capital social em ações com direito a voto. Dessa maneira, poderá ser obtido o poder de mando na companhia. Essa relação, contudo, somente será válida para as novas compa-

nias que abrirem seu capital a partir da vigência da nova Lei das S.A.

- Acionistas titulares de ações preferenciais que detiverem pelo menos 10% do capital social da empresa terão direito a eleger um membro no conselho de administração.
- Os ordinaristas e preferencialistas minoritários poderão eleger um dos três membros do conselho fiscal da empresa.
- Somente serão admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários as ações preferenciais com pelo menos uma das seguintes vantagens:
  - a) direito de participar do dividendo, que será, no mínimo, de 25% do lucro líquido do exercício;
  - b) pagamento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias; ou
  - c) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle da companhia, recebendo 80% do preço pago pelas ações integrantes do bloco de controle; e dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

- A Comissão de Valores Mobiliários passa a ser entidade autárquica em regime especial, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira orçamentária, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes.
- No processo administrativo, não se admitirá recurso, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, das decisões unânimes do colegiado da CVM.
- A CVM poderá nomear, por tempo indeterminado e às suas expensas, um diretor fiscal para participar da administração da bolsa, corretora ou entidade participante do mercado de valores mobiliários em que for constatada fraude, má gestão ou qualquer outra irregularidade que possa provocar prejuízos graves aos investidores ou ao mercado em geral.
- São previstos novos crimes contra o mercado de capitais: crime de manipulação do mercado, de uso indevido de informação privilegiada e de exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função.

# CCJ aprova impressão do voto eletrônico

Projeto do senador Roberto Requião permite que o eleitor confira sua escolha em cópia impressa, sem contato manual. A proposta, relatada por Romeu Tuma, pretende ampliar a segurança e fiscalização das eleições

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu ontem parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto que estabelece normas para as eleições de modo a ampliar a segurança e fiscalização do voto eletrônico. Segundo o parecer, a urna eletrônica disporá de mecanismo que permita a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, sem contato manual, em local previamente lacrado, após conferência pelo eleitor.

O projeto, que modifica a Lei Eleitoral, já havia sido aprovado pela CCJ. Já em Plenário, foi retirado da pauta por iniciativa do autor, senador Roberto Requião (PMDB-PR), a fim de que se realizasse audiência pública para o aperfeiçoamento do texto original. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, e o secretário de Informática do TSE, Paulo Bhering Camarão, além dos ministros José

Néri da Silveira e Sepúlveda Perence, do Supremo Tribunal Federal (STF), contribuíram com sugestões nessa fase de tramitação do projeto.

Para Tuma, as modificações propostas removem alguns entraves que poderiam dificultar o processo de votação, "não obstante o seu nobre objetivo de garantir a vontade do eleitor ao digitar o seu voto na urna eletrônica mediante uma contraprova de voto impresso a ser depositado em urna manual mesmo".

## CONTAGEM

De acordo com o parecer, será permitido ao eleitor cancelar seu voto caso não concorde com os dados registrados e repeti-lo pelo sistema eletrônico. Após o fim da votação, o juiz eleitoral, em audiência pública, sorteará 3% das urnas de cada município, respeitado o limite mí-

nimo de três urnas por município, que deverão ter os votos impressos contados e conferidos com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna.

Outra medida adotada com o propósito de tor-



O projeto aprovado pela CCJ visa assegurar mais segurança nas urnas eletrônicas, cujos dados serão verificados com base em contraprovas impressas



nar o sistema eletrônico mais seguro, disse Tuma, é a determinação de que a diferença entre o resultado apresentado no boletim de urna e o da contagem dos

votos impressos será resolvida pelo juiz eleitoral. Para cada urna em que for constatada discrepância, ele determinará a contagem dos votos impressos de outras dez urnas.

A pedido de Requião – para

quem Tuma conseguiu fundir as sugestões das autoridades com o conteúdo do seu projeto –, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), enviará a matéria ao Plenário para ser apreciada em regime de urgência.

## Comissão acata projeto que pune candidato que tiver conta rejeitada

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que torna inelegível o candidato cuja prestação das contas de campanha for rejeitada pela Justiça Eleitoral. A proposta, que segue para o Plenário, prevê a punição já na eleição na qual o candidato tenha sido diplomado, impedindo-o ainda de participar de pleitos nos três anos seguintes. O projeto é um dos itens da reforma político-eleitoral em exame na CCJ.

Segundo o relator da matéria, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a medida objetiva moralizar o processo eleitoral. Conforme Moreira Mendes, "não se tem notícia de punições a candidatos", eleitos ou não, por irregularidades constatadas na prestação de contas referentes a campanhas eleitorais. A situação, disse, "deve ser modificada para punir adequadamente o infrator".

Outro projeto da reforma político-eleitoral aprovado pela CCJ – este em decisão terminativa – foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e proíbe a boca-de-urna. A proposta também veda propaganda de partidos políticos ou candidatos, no dia da eleição, com faixas,

adesivos, outdoors, cartazes, camisas, bonés, bottons ou dísticos em vestuários.

Para o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator da matéria, o projeto combate o abuso do poder econômico e evita a compra de voto, com a distribuição de kits contendo camisetas, bonés e outros materiais. Isso, a seu ver, acaba por privilegiar candidatos com maior poder aquisitivo.

## PERÍCIA

A CCJ aprovou ainda voto em separado do senador Romeu Tuma (PFL-SP) contrário à proposta de emenda à Constituição, do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que inclui a perícia oficial entre as funções essenciais da Justiça. O voto de Tuma foi endossado por 29 senadores. Na prática, a PEC equipara a remuneração dos profissionais da atividade de perícia oficial à dos integrantes da Advocacia e Defensoria Pública. Tuma disse não ser contra a equiparação, mas alertou que a matéria não exige emenda constitucional. Mesmo rejeitada pela CCJ, a PEC segue para o Plenário.

Foram aprovadas também duas emendas da Câmara ao projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que transfere para o domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União.



Moreira Mendes: "Não se tem notícias de punição por irregularidades"

## Pode ser autorizado o lançamento de maior número de candidatos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acatou ontem projeto que altera a Lei Eleitoral, estabelecendo que cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Distrital, assembleias legislativas e câmaras municipais até o triplo do número de lugares a preencher. O projeto foi aprovado com emenda do relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), e será ainda votado pelo Plenário.

O projeto original, do deputado Milton Monti (PMDB-SP), mantinha o texto da Lei Eleitoral no que diz respeito às assembleias legislativas, câmaras municipais e Câmara Legislativa, com a apresentação de candidatos até 150% do número de lugares a preencher, limitando este número, no caso da Câmara dos Deputados, a cem. O autor da proposta argumenta na justificativa que, se o partido apresentar mais de cem candidatos a deputado federal, haverá a necessidade de utilizar três dígitos após o número do partido. Dessa maneira, o número ficaria semelhante ao dos deputados estaduais, podendo gerar dúvidas no eleitor.

A emenda do relator estabelece que os candidatos à Câmara dos Deputados con-

correrão com o número do partido ao qual estiverem filiados, acrescido de três algarismos à direita, enquanto os candidatos às Assembleias Legislativas e à Câmara Distrital concorrerão com o número do partido, que terão ainda quatro algarismos à direita.

## FUNDO

Foi aprovado ainda pela CCJ parecer do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ao projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que trata da regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O fundo tem como objetivo estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, e assim assegurar a melhoria das condições de vida da sociedade, a competitividade e o desenvolvimento econômico

e social do país, sendo vedada qualquer outra aplicação dos seus recursos.

Uma vez que o projeto também foi distribuído para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Dutra se eximiu de fazer considerações sobre o mérito da proposta. No entanto, no que concerne à juridicidade, o senador disse não ver razão para que a matéria tivesse sido apresentada sob a forma de projeto de lei complementar. Na sua avaliação, ela poderia ter sido formulada como projeto de lei ordinária.



O projeto foi aprovado com emenda do relator, Antonio Carlos Júnior

# Proposta de uso racional de energia passa na comissão

Substitutivo da Câmara a projeto do senador Teotonio Vilela Filho objetiva a alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apro-

vou ontem parecer do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) favorável a substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto que institui a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia Elétrica. O objetivo da proposta, segundo seu autor, o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), é a alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente. A proposta segue

agora para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

De acordo com o substitutivo, os fabricantes e os importadores de máquinas e aparelhos consumidores de energia ficam obrigados a adotar as medidas necessárias para que sejam obedecidos os níveis máximos de consumo de energia e mínimos de eficiência energética, constantes de regula-



Projeto de Teotonio vai agora para a Comissão de Infra-Estrutura

mentação específica estabelecida para cada tipo de máquina ou aparelho, a ser feita pelo Executivo com base em indicadores técnicos pertinentes.

Ainda segundo o texto aprovado, máquinas e aparelhos consumidores de energia encontrados no mercado sem as especificações legais, quando da vigência da regulamentação específica, deverão ser recolhidos, no

prazo máximo de 30 dias, pelos respectivos fabricantes e importadores. Após esse prazo, os fabricantes e importadores ficarão sujeitos a multas por unidade, a serem estabelecidas em regulamentação, de até 100% do preço de venda por eles praticado.

Ao relatar a matéria, Dutra lembrou que o projeto tinha 15 dispositivos, enquanto o substitutivo só tem seis, e disse que algumas das supressões sugeridas são indispensáveis a uma melhor adequação do texto às normas constitucionais e jurídicas.



Tião Viana é autor do substitutivo aprovado em primeiro turno

## Adiada decisão sobre venda de remédios a granel

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Romeu Tuma (PFL-SP), adiou a votação em turno suplementar do substitutivo do relator, senador Tião Viana (PT-AC), ao projeto do ex-senador Ernandes Amorim que permite a venda a granel, na quantidade indicada na prescrição, de medicamentos apresentados na forma de comprimidos, cápsulas, drágeas, tabletes, pílulas, supositórios e ampolas.

Aprovada na CAS em primeiro turno no dia 22 de agosto, com 19 votos favoráveis, a matéria teve sua votação adiada por falta de quórum, já que, por ser terminativa, exige votação nominal envolvendo no mínimo 15 senadores, metade mais um do total de integrantes da comissão.

O relator lembrou que os consumidores muitas vezes são obrigados a comprar medicamentos em quantidade maior do que a prescrita pelos médicos. Isso, a seu ver, representa desperdício de dinheiro, além de causar problemas como o armazenamento desnecessário de remédios em casa.

Tião Viana também informou que acolheu subemenda apresentada pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS) determinando que as farmácias deverão receber autorização especial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para comercializar medicamentos a granel. Emilia explicou que a subemenda visa assegurar instrumentos legais para que a Anvisa atue firmemente na fiscalização junto às farmácias. Acrescentou que sua proposta resultou de entendimento com a área técnica do Ministério da Saúde.

Na reunião de ontem também foi concedida vista a Tião Viana do substitutivo apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao projeto de Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que considera como modalidade de residência médica os programas do Ministério da Saúde que visem ao atendimento a comunidades carentes ou a municípios nos quais a relação médicos/habitantes seja igual ou inferior a um médico para cada mil habitantes.

## Santos defende geração a partir de resíduos da cana

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) defendeu ontem a inclusão dos produtores de açúcar e álcool do Espírito Santo no Programa de Co-geração de Eletricidade, utilizando resíduos da cana-de-açúcar para produção de energia elétrica. "Com esse objetivo, estamos propondo a realização de uma reunião específica para tratar do tema, que contará com a participação dos empresários do setor sucro-alcooleiro, representantes da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e agências de financiamento do governo federal, incluindo o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, com o propósito de estabelecer condições mais adequadas ao financiamento do programa", anunciou.

Ricardo Santos informou que está encaminhando à Câmara de Gestão, ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estudo elaborado pelo Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado do Espírito Santo, em que são explicitados os objetivos, as metas e os recursos necessários à modernização do setor.

Segundo o senador, o BNDES lançou o Programa de Financiamento à Co-geração de Eletricidade,



Santos quer incluir Espírito Santo no Programa de Co-geração de Eletricidade

garantindo o acesso das usinas e destilarias de açúcar e álcool ao Programa de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários do Setor Elétrico, com R\$ 250 milhões destinados à

operação-programa de co-geração a partir dos resíduos de cana-de-açúcar. "Até julho deste ano, o BNDES já havia recebido oito projetos, com previsão de investimentos totais da ordem de R\$ 300 milhões e financiamentos no valor de R\$ 220 milhões", informou.

As interrupções no fornecimento de energia no Espírito Santo, de acordo com o senador, têm como causa o fato de o estado ser um importador líquido de energia e situar-se numa "ponta de linha" do sistema Sudeste. Ele acredita que, aumentando a área plantada e realizando melhorias no processo de produção das usinas, o potencial de geração bruta de energia pode atingir 264 megawatts. "As usinas contribuiriam para suprir totalmente sua demanda, que é de 40 megawatts, e seriam utilizadas na operação industrial, irrigação e outros usos, além de ofertar ao mercado local uma disponibilidade líquida de 224 megawatts, a partir de 2003", concluiu.

## Ademir quer mais recursos do Orçamento para Tucuruí

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) alertou para o fato de que as obras da hidrelétrica e das eclusas de Tucuruí, no Pará, precisam de R\$ 180 milhões para serem finalizadas até junho de 2003, mas a proposta orçamentária do governo para 2002 prevê apenas R\$ 70 milhões. A bancada do Pará terá que trabalhar dobrado para identificar fontes de dinheiro que possam ser canalizadas para essa obra fundamental para o estado, ressaltou.

Ademir lembrou que, durante suas duas campanhas eleitorais, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu finalizar a hidrelétrica e as eclusas ainda em 2002. "Como de costume, não está cumprindo suas promessas", afirmou.

O senador disse que o cronogra-



Ademir: FHC prometeu finalizar a hidrelétrica e as eclusas em 2002

ma da hidrelétrica está adiantado, por ser essencial para o projeto Carajás, grande exportador de minérios, mas as eclusas, indispensáveis para a implementação do corredor hidroviário do Tocantins/Araguaia, que impulsionará a economia das regiões Norte e Centro-Oeste, estão sendo esquecidas.

Ademir ressaltou que as eclusas restabelecerão a navegabilidade do Rio Tocantins, interrompida há quase 20 anos. Isso representará o aproveitamento do potencial mineral, agropecuário e florestal já identificado no Vale do Tocantins/Araguaia, que depende da oferta de meios de transporte de baixo custo e pouco consumo energético — como é o caso da hidrovia — para viabilizar-se economicamente.

## Audiência pública vai debater proposta de cotas para negros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai realizar na primeira semana de outubro audiência pública para debater o projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que fixa quota mínima de 20% para a população negra no preenchimento de vagas para cargos e empregos públicos, nas universidades e nos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies).

Deverão participar da audiência o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, o ator Milton Gonçalves, o presidente da Fundação Cultural Palmares, Carlos Moura, a secretária-executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Dulce Maria Pereira, a reitora da Universidade Federal da Bahia, Ivete Sacramento, e a mãe-de-santo Sílvia de Oxalá.

# Luiz Otávio: Círio traduz cultura e fé do paraense

Autor do requerimento de homenagem ao Círio de Nazaré, senador disse que a festa é também conhecida como o Natal em seu estado

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) afirmou ontem, durante homenagem prestada pelo Plenário ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que a festa religiosa é uma grande expressão de cultura e de fé de um povo que valoriza a sua tradição. A festa do Círio, que dura 15 dias, é também conhecida como o Natal do paraense, disse o senador, e uma forma de confraternização das famílias locais, uma vez que os romeiros chegam do interior para ficar na casa de parentes e a população de Belém praticamente dobra.

Ele fez um breve relato da história do Círio, que começou quando, por volta de 1700, o caboclo Plácido encontrou, às margens do igarapé Murucutu, a imagem da santa, uma réplica da estátua original que se encontra em Portugal, com cerca de 28cm de altura. Depois de Plácido levar a santa para casa e esta retornar várias vezes, de forma misteriosa, os devotos entenderam que o desejo da santa era ficar às margens do Murucutu, onde foi construída a



Segundo Luiz Otávio, população de Belém praticamente dobra durante a festa

primeira ermida e hoje existe a Basílica de Nazaré.

A festa do Círio, que se repete todos os anos na segunda quinzena de outubro, segundo informou, começa ainda antes das procissões, com a chegada dos romeiros, trazendo o pato, o tucupi e a folha de mandioca para o festivo almoço do Círio. Na noite de sexta-feira, antevéspera da grande procissão, o arcebispo metropo-

litano de Belém promove a abertura oficial da quadra nazarena. Na noite de sábado, ocorre a trasladação, quando uma réplica da imagem é levada por milhares de fiéis da Capela do Colégio Gentil Bittencourt, em Nazaré, até a Catedral Metropolitana, na Cidade Velha. No dia seguinte, sempre no segundo domingo de outubro, a procissão sai da catedral, conduzindo a imagem da santa até o largo da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré.

Ao aplaudir o discurso de Luiz Otávio, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse, em aparte, que a peregrinação do povo paraense transforma cada um deles em mensageiro da fé. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) afirmou que o Círio é uma convocação ao amor e a fé, no momento em que se assiste a atos de intolerância no mundo.

Otávio agradeceu a presença do jornalista paraense Luís Solano, representante do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e da deputada federal Elcione Barbalho.

## Patrocínio vê no ato religioso esperança de futuro melhor

Segundo orador a falar na homenagem ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, o senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) disse que o sentido mais profundo da celebração é a "realização do sonho de integração, que os dias comuns nos negam e que as ações dos terroristas situam cada vez mais distante". Ele ressaltou que, para o povo brasileiro, esse sonho "parece estar sempre ali, bastando dobrar a esquina para encontrá-lo".

— O Círio é uma lição de perseverança e fé, de que o futuro será melhor, que se reveste sempre da esperança, sentimento não só da população paraense mas de todo o povo brasileiro — afirmou.

Para Patrocínio, o Círio — palavra que, segundo o dicionário *Aurélio*, significa uma vela de cera grande ou a procissão que leva essa vela a algum lugar — é a maior expressão popular de religiosidade da Amazônia e do Brasil e "um dos lugares em que podemos fundar a alma de nosso povo".

O senador lembrou que, em 2001,



Festa é maior expressão de religiosidade no Brasil, disse Carlos Patrocínio

o Círio atinge sua 208ª edição, desde que Francisco de Souza Coutinho, governador da Província do Grão-Pará, oficializou a procissão, em 1793. Ele citou o milagre, lembrado na procissão, da misteriosa volta da imagem às margens do igarapé onde foi achada, nos idos de 1700, pelo caboclo José de Souza Plácido. A Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, na área central de Belém, está hoje no local onde a imagem foi encontrada.

Patrocínio ressaltou ainda a festa que se forma no Largo de Nazaré, que é tomado por barracas, onde o visitante pode conhecer todo tipo de produto do artesanato amazônico, além de comidas típicas da região. Para o belenense, afirmou o senador, o Círio é o ponto máximo do calendário cristão, superando até mesmo a Páscoa e o Natal.

Ele afirmou que aceitará mais uma vez o convite da família Coutinho Jorge para ver a tradição representada pelo carro dos milagres, o barco da marujada e as crianças vestidas de anjo, além dos devotos segurando a pesada corda que puxa a procissão.

Na presidência da sessão, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) solidarizou-se com a homenagem ao Círio que, para ele, é "com certeza a maior de todas as festas do Brasil". Somente quem vive, vê e está perto da celebração pode sentir a energia e a força que emanam quando a procissão passa, afirmou, destacando que a festa é tão bela que hoje é realizada em muitos municípios paraenses.

## Para Dutra, só concurso evitará o fechamento de hospital em Sergipe

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou em Plenário que só a realização de concurso público evitará o fechamento do hospital da Universidade Federal de Sergipe, devido à falta de funcionários. O reitor da universidade foi punido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por ter contratado 268 funcionários por intermédio de uma fundação, criada pela própria escola, para contornar o problema, disse ele.

Conforme relato do senador, a bancada federal de Sergipe esteve ontem com o presidente do TCU, Homero Santos, para discutir o assunto, quando foi solicitado que pelo menos seja ampliado



Faltam funcionários no hospital da UFSE, advertiu Dutra

o prazo de 30 dias que o tribunal fixou para demissão daqueles funcionários.

— A contratação pela fundação realmente não é legal. No entanto, a demissão levará ao fechamento do hospital, prejudicando a população pobre de Sergipe e os 1.204 alunos dos cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem — disse o senador.

Dutra afirmou que praticamente todos os hospitais universitários do país enfrentam o mesmo problema, porque estão proibidos concursos públicos para o preenchimento de vagas de professores e funcionários das universidades federais.

## Mauro pede mudança legal para preservar atendimento em saúde

Ao comentar o fechamento de 30 hospitais no estado de Goiás nos últimos quatro anos, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) chamou a atenção do Congresso para a necessidade de adequação da Lei de Responsabilidade Fiscal à continuidade do cumprimento de serviços

essenciais e para a necessidade de remuneração justa dos agentes de saúde conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS).

O senador explicou que em Goiás alguns prefeitos e governadores, em fim de mandato, deter-



Mauro: 30 hospitais fecharam nos últimos quatro anos em Goiás

minaram o fechamento de 13 hospitais públicos sob a alegação de que o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal os impedia de contrair dívidas que transcendessem sua gestão. Para o senador, embora a argumentação seja válida em alguns casos, não encobrem eventuais divergências políticas entre os antigos administradores e os novos prefeitos.

Mauro Miranda disse que a desativação de 17 hospitais privados teve como causa a baixa remuneração do SUS.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — Saúde/Unip — Prevenção do câncer de mama  
6h30 — Cidadania — Os deputados Mário Silveira, do México, e Tania D'Amelio falam sobre a juventude no século XXI  
7h30 — Entrevista — O ex-ministro de Relações Exteriores do México, Fernando Solana, fala sobre a Alca e a integração latino-americana  
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — Saúde/Unip — Prevenção do câncer de mama

9h — Conselho de Ética (ao vivo)  
15h30 — Reunião Conjunta CAE e CFC do Senado; Economia, Finanças e Tributação e CFC da Câmara (gravado)  
19h30 — Cidadania — Os deputados Mário Silveira, do México, e Tania D'Amelio falam sobre a juventude no século XXI  
20h30 — Entrevista — O ex-ministro de Relações Exteriores do México, Fernando Solana, fala sobre a Alca e a integração latino-americana  
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Wellington quer anistiar dívida de pescador com BNB

Projeto de lei apresentado pelo senador Wellington Roberto (PMDB-PB) propõe anistia de 50% das dívidas de pescadores e pequenos produtores rurais com o Banco do Nordeste (BNB), contraídas em financiamentos com recursos do Fundo



Wellington Roberto propõe o perdão de 50% da dívida de pescadores e cooperativas

Constitucional do Nordeste (FNE) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A proposta, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), estende a anistia às colônias de pescadores e cooperativas de produtores.

De acordo com o projeto, os saldos devedores, após a aplicação do redutor de 50%, serão refinanciados por dez anos, com três anos de carência, à taxa de juros de 3% ao ano. Os anistiados poderão contrair novos empréstimos junto ao BNB, sem quaisquer embargos e restrições.

— Este projeto de lei vem pro-

por um tratamento justo e racional àqueles que representam o esteio da agricultura, da pecuária e do setor pesqueiro do Nordeste — avaliou.

Wellington afirma que os pequenos produtores rurais sempre tiveram relevância na economia nordestina e merecem tratamento favorecido por parte do governo federal. Até a década de 80, acrescentou, os empréstimos agrícolas aos pequenos proprietários tinham juros subsidiados e havia o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que proporcionava cobertura total ou parcial da dívida, em caso de prejuízo e perda da produção.

—O tratamento favorecido à agricultura praticamente desapareceu nos anos 90. O Proagro foi desativado. Os empréstimos passaram a ter custo muito elevado, com juros acima da TR ou da TJLP — disse.

## Projeto facilita resgate do empréstimo compulsório

Proposta de Álvaro Dias oferece opções para o contribuinte sem que o governo federal tenha que fazer qualquer desembolso

Já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) segundo o qual o empréstimo compulsório que em 1986 incidiu sobre a aquisição de carros e a compra de gasolina ou álcool



Álvaro: decreto estabeleceu resgate com cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento

poderá ser resgatado por meio da compensação de débitos do contribuinte relativos a impostos e contribuições federais, ou da compra de ações de empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização, ou ainda do pagamento do preço de mercadorias estrangeiras adquiridas em leilão promovido pela Secretaria da Receita Federal.

A proposta, que será relatada pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), pretende reduzir o passivo do governo federal para com os contribuintes desse empréstimo. Segundo Álvaro Dias, a sistemática de ressarcimento por ele proposta não exige qualquer desembolso do governo federal. “A oportunidade da presente iniciativa quer evitar a expansão monetária, o que é fundamental no combate à inflação”, afirmou.

O senador lembrou que, de acordo com o decreto que instituiu o empréstimo compulsório, o resgate seria efetuado com o pagamento de quotas do Fundo

Nacional de Desenvolvimento.

—Essa modalidade de pagamento — títulos em vez de moeda corrente — motivou a declaração de inconstitucionalidade do referido empréstimo compulsório, profereida pelo Supremo Tribunal Federal — disse o parlamentar.

O senador lembrou ainda que, em decorrência desse entendimento do Supremo, o presidente da República submeteu ao Congresso Nacional, em 1993, um projeto de lei que determinava o resgate em dinheiro do empréstimo compulsório. Ainda segundo a justificativa apresentada por Álvaro Dias, esse projeto foi aprovado em regime de urgência e, mais tarde, integralmente vetado pelo Poder Executivo, atendendo a ponderação do Ministério da Fazenda de que o prazo de um ano para a efetivação do pagamento do empréstimo era muito curto.

## Bezerra aponta abusos de empresas de telefonia

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que as empresas de telefonia brasileira vêm agindo de maneira abusiva e desrespeitosa contra os usuários de seus serviços. Segundo ele, as promessas de melhores serviços, redução de preços e acesso a um contingente maior da população foram cumpridas apenas em partes.

Carlos Bezerra disse que as companhias privadas vêm desobedecendo as leis ainda mais que as antigas estatais e que o governo tem sido omissivo no seu papel de fiscalizar e regular essas empresas.

— Estará enganado o cidadão que somar dois mais dois e concluir que estamos em situação pior que antes? — questionou.

O senador lembrou que as reclamações contra as empresas de telefonia dispararam desde a privatização, em 1998, e só diminuíram no primeiro semestre deste ano. Segundo informou, foram registradas 235 reclamações em 1999 e 741 em 2000, em geral, sobre cobranças indevidas de serviços, principalmente de telefone-



Carlos Bezerra critica imposição do pagamento prévio de contas contestadas

mas interurbanos.

Um dos grandes problemas, para Carlos Bezerra, é a imposição, por parte das empresas de telefonia, do pagamento prévio das contas contestadas pelo cliente, pois somente após o pagamento ter sido efetuado é que o usuário pode entrar com pedido de revisão. O senador questionou o papel da Anatel, que deveria regular a prestação de serviços dessas concessionárias e a postura do Procon, que recomenda que o cliente pague primeiro e só depois entre na Justiça para pedir restituição.

Na avaliação do senador, é necessário que se cobre da Anatel a elaboração e implementação de um regulamento mais justo.

## Eduardo defende aumento para servidor público

Em apelo às autoridades da área econômica, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que é necessário que o governo federal conceda reajuste ao funcionalismo público, que já acumula perdas salariais de mais de 70% nos últimos sete anos.

Mesmo dizendo entender a dificuldade do governo de conciliar a necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas e atender às reivindicações dos servidores, Eduardo afirmou não compreender a razão pela qual somente as chamadas “carreiras de Estado” foram beneficiadas com aumento de salário. Na opinião do senador, a distinção entre carreiras de Estado e as demais permite a interpretação de que, para o governo, o funcionário que serve o Estado é mais importante do que aquele que serve a sociedade.

Na visão do parlamentar, o mesmo empenho demonstrado pelo Legislativo, no ano passado, para elevar o salário mínimo deveria ser direcionado agora para permitir o reajuste do funcionalismo.

Eduardo ressaltou que o governo do Tocantins concedeu aumento aos seus servidores, preservando o poder aquisitivo deles.

## Jucá destaca papel do Cade na regulação do mercado

Ao analisar o alto grau de competição e a livre iniciativa característicos do sistema capitalista vigente, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no que diz respeito à regulação da



Romero Jucá quer evitar volta da “versão selvagem” do capitalismo

competitividade, à promoção de melhores práticas negociais e à vigilância sobre infrações cometidas contra a ordem econômica. O senador ressaltou a importância do *Guia Prático do Cade*, cartilha que esclarece a população quanto às regras da concorrência econômica e às possibilidades do empreendedor, conforme “parâmetros de justiça, respeito e confiabilidade”.

O Brasil, segundo Jucá, aderiu tardiamente ao capitalismo, atraindo, devido à abundância de matéria-prima e de recursos humanos, dois tipos de capital externo. O primeiro, considerado benéfico pelo se-

nador, é o investimento; o outro, “freqüentemente predador”, é a especulação.

Para regular a competição na economia globalizada e assegurar a ampliação da oferta, Jucá disse que o Estado precisa de instrumentos e instâncias regula-

tórias sérias, confiáveis e eficientes, a exemplo do Cade.

Jucá destacou o papel decisivo do Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça desde 1994, na atuação de gigantes econômicos, levando sempre em consideração o interesse amplo da sociedade e o funcionamento adequado do mercado.

O senador afirmou que, em virtude da provável recessão mundial, os órgãos que regulam o processo competitivo do mercado deverão ter regras bem definidas para proteger a população, evitando a volta do capitalismo internacional “em sua versão selvagem”.

# PMDB indica Tebet para Presidência do Senado

Decisão foi tomada no final da noite e senador disse que tem condições de unir o PMDB e conferir credibilidade ao Parlamento

O PMDB indicou o senador licenciado e ministro da Integração Nacional, Ramez Tebet, como candidato à Presidência do Senado. A eleição ocorre hoje a partir das 14h30 e, de acordo com a tradição da Casa, a maior bancada – o PMDB – tem o direito de ocupar o cargo.

A reunião que decidiu pela indicação de Tebet durou quase quatro horas. Os senadores José Alencar (MG) e José Fogaça (RS) também postulavam o cargo. O senador José Sarney (AP) esteve na reunião e apresentou a sua candidatura, retirando-a em seguida.

Tebet revelou que foi convidado por alguns senadores a disputar a indicação do partido. Ele considera que tem condições de unir o PMDB e de conferir credibilidade ao Senado.

Tebet afirmou não temer restrições ao seu nome oriundas de outros partidos. Ele inclusive ressaltou ter sido estimulado por parlamentares do PFL e do Bloco Oposição a apresentar a candidatura. Tebet deve deixar o Ministério da



A decisão da bancada do PMDB, adotada em reunião com a presença de Tebet, foi anunciada no final da noite de ontem

Integração hoje de manhã para que possa participar da eleição. Ele disse que, apesar da participação no governo, a sua gestão no Congresso será marcada pela autonomia em relação ao Executivo. “Mas a minha maior tarefa será buscar a paz dentro da instituição”, afirmou.

A decisão de manter a eleição hoje foi anunciada pelo presiden-

te interino do Senado, Edison Lobão, durante sessão em que chegou a ser discutido o adiamento da votação para a próxima terça-feira. Requerimento com essa proposta foi encaminhado à Mesa pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e endossado por senadores de outros partidos. Os líderes do PMDB e do PSDB manifestaram-se contrários ao adiamento.

## Artur da Távola deve ser o novo líder do governo

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) deve ser oficializado hoje como novo líder do governo na Casa. Ele esteve licenciado do Senado desde janeiro último, quando assumiu a Secretaria das Culturas na Prefeitura do Rio de Janeiro. Durante esse período, o senador foi substituído por seu suplente, Nilo Teixeira Campos (PSDB).

Artur da Távola substituiu na liderança o senador Romero Jucá (PSDB-RR), que se afastou do cargo – exercido interinamente desde a renúncia do ex-senador José Roberto Arruda (DF) – porque vai concorrer à liderança de seu partido, que também ficou vaga com a saída do senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Jucá explicou, durante entrevis-



O senador Artur da Távola estava licenciado desde janeiro último

ta, que a saída de Machado do partido ocorre em função de divergências existentes dentro da agremiação no estado do Ceará.

## Relatório sobre Jader vai a votação

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vota hoje, a partir das 9h, o relatório que recomenda a abertura de processo por quebra de decoro contra o ex-presidente do Senado Jader Barbalho (PMDB-PA). O relatório foi elaborado pela comissão criada para investigar preliminarmente as denúncias envolvendo Jader no caso de desvio de dinheiro do Banco do Estado do Pará (Banpará), composta pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Jefferson Péres (PDT-AM) e João Alberto Souza (PMDB-MA).

## Machado condena retaliação violenta contra o terrorismo

Ao relembrar os atentados terroristas sofridos pelos Estados Unidos no último dia 11, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que, embora o terrorismo, como crime hediondo, mereça uma resposta de todos os países do mundo, esta não deve vir na forma de retaliações violentas. Ele acrescentou que a tradição pacífica da política externa brasileira “não pode ser rompida pela coação internacional”.

O senador também mencionou a preocupação dos brasileiros com as conseqüências negativas do atentado na economia brasileira, lembrando que as primeiras pesquisas mostram que entre 70% e 80% dos entrevistados estão preocupados com seus efeitos. Para ele, a alta do dólar, a elevação do preço do petróleo no mercado internacional e o risco de instabilidade das bolsas de valores em todo o mundo não podem abalar a disposição do governo e do Congresso de manter a estabilização econômica.

O senador defendeu a adoção de medidas que reforcem a segurança

pública no Brasil. Ele justificou sua preocupação com a criminalidade no Brasil ressaltando que o terrorismo e a guerrilha “andam de braços dados com o tráfico de drogas nas Américas”. Sérgio Machado afirmou que a violência urbana mata mais que as guerras clássicas.

O parlamentar divulgou levantamento feito por sua assessoria revelando a existência de nove proposições no Senado e 116 na Câmara dos Deputados relacionadas à segurança pública. Ele defendeu a elaboração de uma pauta mínima de propostas legislativas, as quais seriam votadas em regime de urgência urgentíssima ainda este ano.



Sérgio Machado também manifestou preocupação com a segurança pública no Brasil

## Alcântara propõe normas éticas para escolha de membros do CNE

Projeto de lei apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pretende impor limites à escolha e à atuação dos membros do Conselho Nacional de Educação (CNE). Pelo projeto, é vedada a escolha, para a Câmara de Educação Superior, de indicados que até três anos antes da nomeação tenham sido proprietários, sócios ou acionistas de estabelecimentos particulares de ensino superior ou de suas mantenedoras, e tenham ocupado qualquer cargo nessas entidades ou a elas prestado consultoria ou assessoria. Essa proibição é extensiva aos conselheiros durante o exercício de seus mandatos. A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e depois será submetida à Comissão de Educação (CE).

Segundo a justificativa do projeto, a legislação deve dispor sobre impedimentos éticos durante o exercício da função de conselheiro. O projeto prevê

que os membros da Câmara de Educação Superior não devem relatar e votar pareceres quando estes se referirem a instituições de ensino superior com que tenham vínculos de emprego, se públicas, e, se particulares, de que tenham sido proprietários, sócios ou acionistas, a que tenham prestado consultoria ou assessoria e em que tenham ocupado qualquer outro cargo. A exceção é aberta para professores, desde que o desligamento da instituição de ensino tiver ocorrido em prazo mínimo de oito anos.

Lúcio Alcântara lembrou, ao propor o projeto, que pairam sobre o CNE “suspeitas de abrigo de conflito de interesses e tráfico de influências”. As irregularidades, registrou, localizam-se no campo da educação superior particular, e a crise atual vem associada a uma das maiores expansões do ensino superior privado já vistas no país.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson e Ademir Andrade